

## ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS: DOS MÉTODOS À ALFABETIZAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA DE LETRAMENTO

### A ALFABETIZAÇÃO COM BASE NOS MÉTODOS

As discussões sobre métodos de alfabetização são concomitantes ao processo de sistematização da escolarização das práticas de leitura e escrita, ou seja, fazem parte do contexto educacional desde a institucionalização da escola como uma escola popular ou escola de massa. Assim, de acordo com Frade (2007), a história permite-nos situar a discussão dos métodos, no período em que são formados os sistemas escolares, momento em que a escola percebe a necessidade de criar estratégias para ensinar a todos ao mesmo tempo e num mesmo espaço. Durante décadas, entre os pesquisadores e os professores da área de alfabetização discutiram-se quais seriam os métodos mais eficientes: se os do grupo dos sintéticos ou os do grupo dos analíticos. Uma disputa que ficou caracterizada como a *querela dos métodos*. (MORTATTI, 2006). De forma sintética, apresentamos as principais características dos métodos de alfabetização.

O grupo dos *métodos sintéticos*, considerado como o mais antigo, caracteriza-se por priorizar como ponto inicial, na aprendizagem, as subunidades da língua, relacionando essas às correspondências fonográficas, ou seja, partem de unidades menores e mais elementares como as letras, os fonemas ou sílabas para, em seguida, passar às unidades maiores ou inteiras como palavras, frases ou texto, seguindo sempre do mais simples para o mais complexo de forma linear, de modo que só se aprende um elemento novo depois de se aprender outro (MORAIS; ALBUQUERQUE; LEAL, 2005). Em outras palavras, primeiro se aprende o processo de codificação e decodificação para, em uma fase mais avançada, passar à compreensão da leitura e da escrita. Esse grupo compreende o *método alfabético* ou de *soletração*, o *fônico* e o *silábico*.

O *método alfabético* ou de *soletração* caracteriza-se pela aplicação através de uma sequência fixa baseada nos estímulos auditivos e visuais, sendo a memorização o único recurso didático utilizado, pois, de acordo com Carvalho (2010, p.22), “[...] o nome das letras é associado à forma visual, as sílabas são aprendidas de cor e com elas se formam palavras isoladas. [...]”. Esse método tem como objetivo a combinação entre letras e sons.

No *método fônico* a atenção está direcionada à dimensão sonora da língua, assim, inicia-se o processo ensinando a forma e o som das vogais, depois das consoantes, em seguida, cada letra é aprendida como um fonema que, unindo a outro, formam-se as sílabas e depois as palavras. Para isso, deve seguir uma sequência gradativa, começando dos sons mais

fáceis para os mais complexos, já que o objetivo principal é a ênfase na relação letra/som, isto é, na leitura ensina-se a decodificar os sons da língua e, na escrita, ensina-se a codificá-los.

O *método silábico* ou de *silabação* também se caracteriza por sua ênfase excessiva aos mecanismos de codificação e decodificação apelando para a memorização como recurso didático que, por sua vez, desconsidera a capacidade de compreensão do aluno. Nesse método, a principal unidade de análise é a sílaba que, conforme explica Frade (2007), seu desenvolvimento segue uma sequência com base em uma ordem de apresentação das sílabas mais fáceis para as mais difíceis, destacadas de palavras-chave e estudadas sistematicamente em famílias silábicas que, ao juntá-las, formam novas palavras.

O grupo dos métodos analíticos tem como ponto de partida unidades linguísticas maiores como palavras, frases ou pequenos textos para depois conduzir a análise das partes menores que as constituem, como as letras e as sílabas, supondo que, no reconhecimento global como estratégia inicial, “[...] os aprendizes podem realizar posteriormente um processo de análise de unidades que dependendo do método [...] vão do texto à frase, da frase à palavra, da palavra à sílaba”. (FRADE, 2007, p.26).

Nesse grupo estão os métodos: *global de palavração*, de *sentenciação* e *contos*. O método da *palavração*, que parte da palavra, a criança é colocada diante de uma lista de palavras ditas e compreendidas num processo oral, usando, assim, a técnica da memorização, para o reconhecimento global de certa quantidade de palavras da lista em combinações diferentes, para construir sentenças significativas e, na sequência, trabalhar as sílabas e letras até a criança se tornar capaz de fazer, de forma automática, as conversões letras/sons. (MORAIS; ALBUQUERQUE; LEAL, 2005).

No método de *sentenciação* a unidade de análise é a sentença, o qual, depois do processo de memorização para o reconhecimento global, passa à decomposição em palavras, depois em sílabas, tornando a criança capaz de reconhecer essas partes em outras sentenças.

No método *global de contos*, o processo é aplicado através da análise das partes maiores (textos, frases) para chegar a partes menores (palavras, sílabas) de forma sequencial. Segundo Carvalho (2010) e Frade (2007), a história completa é apresentada repetidas vezes para o reconhecimento global, depois, desmembra-se o texto em frases, para que a criança aprenda a reconhecer globalmente e a repita em uma espécie de pré-leitura. Na sequência, vem o reconhecimento de sentenças, que são dispostas repetidamente, para facilitar a memorização, e só, então, chegar ao reconhecimento das palavras com suas divisões silábicas, para, finalmente, formar novas palavras com as sílabas estudadas até o momento.

Os métodos de alfabetização (sintéticos e analíticos) propõem um ensino que desconsidera as capacidades cognitivas dos alunos, por essa razão, a partir de meados dos

anos de 1950, pesquisadores e teóricos começam a desviar a atenção para a psicologia cognitiva, passando a estudar a alfabetização à luz dos processos de aquisição do conhecimento. Assim, no estudo da alfabetização, sob o olhar dos psicolinguistas, o foco recai no sujeito e na sua atividade mental e não mais no objeto escrita. O enfoque, segundo Soares (2012), está voltado para maturidade linguística da criança como aprendiz da leitura e da escrita, para “[...] as relações entre linguagem e memória, a interação entre a informação visual e a não visual no processo de leitura [...]” (SOARES, 2012, p.19), já que a aquisição da linguagem é vista como processo ativo de criação que envolve uma interação entre pensamento e linguagem.

A partir dos anos de 1960, entre os linguistas e psicólogos, surge o interesse pelos aspectos sociais que constituem a linguagem. Essa tendência, conceituada como sociolinguística ou sociologia da linguagem, tem seu foco nas relações que dizem respeito à “[...] organização social do comportamento lingüístico, o qual inclui não somente o uso da língua, mas também as atitudes e comportamentos das pessoas com relação à língua e seus usuários”. (BRAGGIO, 1992, p.28). A criança sabe que a linguagem tem uma função e um papel na comunicação. A aquisição das funções da linguagem precede a aquisição das formas de linguagem, ou seja, quando a criança usa a linguagem, ela a usa com uma determinada função, antes mesmo que a use de forma consciente. (BRAGGIO, 1992).

As funções e situações da língua oral e escrita, conforme aponta Soares (2012), variam de comunidade para comunidade. Tais variações alteram o processo de alfabetização que propõe o ensino da língua materna mais voltado para a realidade sociocultural das crianças, tendo em vista que a língua escrita não é um meio de comunicação neutro ou descontextualizado, mas carregada de atitudes, valores culturais dos contextos social, cultural e econômico nos quais a língua é usada.

É importante deixar claro que na proposta de ensino, baseada nos métodos tradicionais de alfabetização, o aluno era visto como um ser passivo no processo de aprendizagem da língua escrita, pois a ele não era dada a oportunidade de participar desse processo de forma ativa como um sujeito aprendente. Além disso, não havia a preocupação em atribuir significado às atividades, muito menos a de formar leitores, visto que as letras, palavras, frases ou pequenos textos trabalhados eram descontextualizados da realidade do aluno, já que não priorizam a inserção dos alunos em situações em que a língua escrita fosse tratada de forma dinâmica e contextualizada, levando em consideração as diferentes funções da escrita nos contextos sociais.

## **A CONCEPÇÃO CONSTRUTIVISTA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

A teoria construtivista surgiu no século XX a partir das experiências do biólogo, filósofo e epistemólogo, o suíço Jean Piaget, o qual explica como se dá o desenvolvimento da inteligência, através de suas observações científicas e rigorosas, de crianças, desde o nascimento até a adolescência. Piaget analisou o processo de aquisição do conhecimento a fim de descobrir a gênese do conhecimento centrada na ação do sujeito.

Tais observações o fizeram perceber que o conhecimento não é concebido como algo predeterminado nas estruturas internas do indivíduo, pois essas estruturas resultam de uma construção efetiva e contínua, e “[...] são conhecidos graças à mediação necessária dessas estruturas; e estas estruturas os enriquecem e enquadram (pelo menos situando-os no conjunto dos possíveis) [...]” (PIAGET, 2007, p.1).

O que Piaget está querendo nos mostrar é que o conhecimento comporta construções e elaborações contínuas e, nesse processo de construções, o sujeito interage com o meio em que vive. Ou seja, não é um processo estático ou linear que visa acumular novas informações e conhecimentos, mas a integração, a modificação, a coordenação entre esquemas de conhecimentos que já possuímos e os que estão em construção de acordo com cada aprendizagem que realizamos.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), embora Piaget não tenha desenvolvido pesquisas e reflexões especificamente acerca da alfabetização e da aquisição da língua escrita, a interpretação dessas duas pesquisadoras nos levam a entender que suas reflexões são relacionadas aos processos de construção do conhecimento, de modo geral, e não se limita simplesmente aos processos de construção do conhecimento lógico-matemáticos e físicos. De acordo com suas ideias, fica claro que o conhecimento dá-se através das descobertas próprias das crianças, em outras palavras, o aprendizado é construído pelo próprio aluno. Desse modo, as pesquisadoras interpretam que “[...] a teoria de Piaget não é um teoria particular sobre um domínio particular, mas sim um marco de referência teórico, muito mais vasto, que nos permite compreender de uma maneira nova *qualquer* processo de aquisição de conhecimento. [...]”. (FERREIRO; TEBEROSKY 1999, p. 31, grifo das autoras).

Assim, entendemos que a teoria de Piaget, permite-nos relacionar a concepção de aprendizagem da escrita concebendo a criança como sujeito dos processos de aprendizagem, isto é, o sujeito cognoscente que aprende, que procura ativamente compreender o mundo em que está inserido, que interroga, que busca o conhecimento, que constrói o significado próprio e pessoal do objeto de conhecimento e não simplesmente espera que alguém que sabe o transmita.

Dessa forma, de acordo com Nunes (1990, 1990, p.22), “[...] É a partir do momento em que a leitura e a escrita passam a ser vistas como processos cognitivos, e não perceptuais e motores, que as teorias construtivistas começam a participar da análise da alfabetização. [...]”.

Em outras palavras, o construtivismo chega à alfabetização quando começa a considerar o papel ativo da criança como sujeito dos processos de ensino-aprendizagem da língua escrita. A autora entende que “[...] O construtivismo é, portanto, uma teoria situada dentro do campo da epistemologia genética.” (*Ibidem*, p.22), isto é, uma teoria do conhecimento centrada no desenvolvimento natural do indivíduo.

Isso significa destacar a importância de que, durante o processo de aprendizagem na alfabetização, a criança tenha a oportunidade de usar não somente o conhecimento que já possui, mas que esse conhecimento seja potencializado através de desafios que estão ao seu alcance, garantindo o progresso autônomo para atingir seus objetivos.

Nesse sentido, a criança deve arriscar-se sobre os conhecimentos que ainda não possui, testando suas hipóteses, elaborando problemas e enfrentando contradições, pois, na perspectiva construtivista, um dos pressupostos indispensáveis para que o conhecimento avance, é a existência de bons problemas, porque são estes que fazem com que a criança pense, reflita e raciocine sobre a língua escrita e construa novos conhecimentos, atribuindo-lhes significados próprios. Isso porque, “[...] Para a concepção construtivista, aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretendemos aprender.” (SOLÉ; COLL, 2006, p. 19).

Como consequência, a alfabetização torna-se um processo de elaboração e construção de hipóteses sobre a aquisição, a estruturação e funcionamento da língua escrita, já que, para ler e escrever, o aluno precisa ser colocado em situações que o desafiem para que esse sinta a necessidade de refletir sobre a língua e, assim, consiga transformar as informações em conhecimentos próprios. Ultrapassando a ideia de o aluno encontrar um conhecimento pronto, dado/transmitido pelo professor, mas de vivenciar um processo de construção.

Sendo assim, o conhecimento da língua escrita é visto como um processo de construção e não como um dado inicial. Por isso, o caminho em direção a este conhecimento não é linear, visto que, não nos aproximamos por meio de um processo fixo, “[...] sim através de grandes reestruturações globais, algumas das quais são “errôneas” (no que se refere ao ponto final); porém “construtivas” (na medida em que permitem aceder a ele). [...]” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.33. Grifo das autoras)

Essas afirmações levam-nos a compreender que, desde o início do processo de aprendizagem, a construção de significados é levada em conta, pois o conhecimento é concebido como uma atividade por parte de quem aprende, o que integra novos conhecimentos aos já existentes, resultando, pois, em novas aprendizagens, já que “[...] o foco de uma teoria construtivista ao analisar o processo de alfabetização deve ser a compreensão do objeto de conhecimento, a língua escrita. [...]” (NUNES, 1990, p.23).

Concebendo o processo de desenvolvimento na alfabetização, na perspectiva

construtivista, a criança é considerada como um sujeito-aprendiz ativo que evolui em sua aprendizagem, tendo em vista que, nessa concepção de ensino, a ideia que predomina é a de “[...] que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. [...]” (BECKER, 1992, p.88), porque há sempre a construção de novos e reconstrução de velhos conhecimentos através de um processo dinâmico.

## **O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA DE LETRAMENTO**

O processo de alfabetização de crianças visto com base no seu conceito restrito, compreendido como o ensino-aprendizagem do código alfabético que habilita a criança a estabelecer as relações entre as letras e os sons, quer dizer, a ler e a escrever, não dá conta de atender às necessidades da escola e às demandas sócio-comunicativas da sociedade da comunicação e da informação, caracterizada como uma sociedade letrada em que a criança está inserida.

Conhecer as letras e os sons dessas é um pressuposto indispensável para o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, mas, além disso, é fundamental também buscar sentido, significado e compreender o que está escrito, contemplando, desse modo, as duas facetas da aprendizagem: a alfabetização e o letramento.

Os processos de alfabetizar e letrar são interligados, mesclam-se e, frequentemente, confundem-se, porém é importante ter claro que são processos específicos nos quais cada um estabelece suas funções no processo de aprendizagem já que alfabetizar, de acordo com Soares (2012, p.16) “[...] é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. [...]”. Já letrar tem a função de inserir e familiarizar a criança com as diversas práticas e usos sociais da leitura e da escrita que se concretizam através da apropriação e uso dessas dentro da sociedade, compreendendo quais as funções da língua escrita, para que serve, que utilidade possui em sua vida, onde e porque usá-la, etc., tornando a escrita como parte da própria vida, como forma de expressão e de comunicação.

Dessa forma, sendo a criança um sujeito ativo do próprio processo de aprendizagem da leitura e da escrita e que vivencia eventos de letramento<sup>1</sup> diariamente seja na escola, em casa, nas ruas, em lojas, ou em supermercados, o fato de ser capaz codificar e decodificar símbolos linguísticos, e, por isso, ler apenas sílabas ou palavras isoladas e descontextualizadas não é

---

mais considerada uma pessoa alfabetizada, já que para isso precisa também participar dos processos de expressão e compreensão de significados da língua escrita.

Ao ser considerada como um sujeito-aprendiz no/do processo de alfabetização, a criança participa, opina, questiona e vivencia a língua escrita. Nesse conjunto de ações, defendemos que nas práticas alfabetizadoras o professor leve em consideração o processo de letramento no qual ambos – alfabetização e letramento – possam acontecer simultaneamente, contribuindo para a qualidade do domínio da leitura e da escrita, uma vez que no alfabetizar letrando, a criança não se limita ao conhecimento das letras (códigos alfabéticos), ao domínio da relação entre som e grafia, à capacidade de ler e escrever (decodificar e codificar). O alfabetizar letrando vai além. Requer do aluno a capacidade de tornar-se usuário da leitura e da escrita no convívio social pela familiaridade com os eventos, práticas de letramento<sup>2</sup> e usos sociais da língua de modo que tem propriedade para atribuir significados e usar a língua escrita em contextos sociais diversos.

Embora, no processo de alfabetização, busque-se a interligação com o letramento no sentido de procurar garantir à criança a aquisição da escrita associada ao sentido que esta traz, bem como, a sua função e no seu uso, o conceito de letramento, por ser complexo, está começando a ser dicionarizado e vários autores pesquisam sobre o tema buscando uma definição.

Pela sua complexidade, existe uma variedade de estudos acerca desse conceito. Tfouni (2000) faz comparações entre a alfabetização e o letramento, compreendendo a alfabetização como um processo de aquisição individual das habilidades da leitura e da escrita, enquanto que o letramento diz respeito não somente a esse processo de aquisição, porém, “[...] focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade. [...]” (TFOUNI, 2000, p.20). A autora entende que o letramento não se limita á aquisição de ler e de escrever de forma individual, já que o compreende como um processo cuja natureza é social e histórica.

Kleiman (2012) vem ressaltar o impacto social da escrita, diferenciado dos estudos sobre alfabetização, cujas competências para o uso e a prática da escrita são individuais. Para a autora, o letramento vai além da alfabetização, por estar relacionado não somente às práticas individuais do processo de aquisição de códigos, mas como uma prática social promovida pela escola e também por outras agências como a família, a igreja, a sociedade, etc. Nesse

---

sentido, Kleiman (2012, p.18-19), amparada nos estudos de Scribner e Cole (1981) sobre o letramento, compreende-o “como um conjunto de práticas que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”.

Outra tentativa de definir o conceito de letramento é de Magda Soares, que o considera como o “[...] resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo, como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. (SOARES, 2009, p.18). Desse modo, a autora compreende que, para ser letrado, não basta dispor das técnicas de escrever e domínio da leitura, é preciso também saber cultivar e exercer as práticas sociais que usam a escrita e a leitura.

A introdução do conceito de letramento no mundo acadêmico-científico e nas práticas pedagógicas do processo de alfabetização causou impactos e uma série de problemas no processo de aproximação do conceito de letramento com o de alfabetização, uma vez que em alguns casos o conceito de alfabetização perdeu a sua especificidade porque “[...] os dois conceitos frequentemente passaram a ser utilizados como sinônimos. [...]” (LEITE, 2010, p.31), obscurecendo a alfabetização como processo de aquisição do código escrito que desenvolve as habilidades de leitura e escrita, o que não podemos deixar de desenvolver no processo inicial de aquisição da língua escrita.

Importa saber que a chegada do letramento nas práticas alfabetizadoras foi um salto qualitativo no plano do ensino, admitindo-se o processo de alfabetização, uma vez que isso possibilitou uma compreensão mais ampla do conceito de alfabetização, já que o mundo exige “[...] mais do que o mero domínio do código alfabético. Por isso, mais do que estar alfabetizado, importa saber o que o sujeito pode fazer com o conhecimento sobre a língua. [...]” (COLELLO, 2010, p.85).

No processo de alfabetizar letrando, é importante levar em consideração a necessidade de um trabalho de caráter intencional com atividades que envolvam eventos e práticas de letramento, bem como as *práticas comunicativas*<sup>3</sup>, de forma que a criança seja ajudada a compreender a função social da língua escrita. Nesse caso, torna-se indispensável a presença de um professor com uma formação que atenda a essas exigências e com saberes docentes específicos que sejam utilizados e mobilizados no dia a dia das ações pedagógicas de modo a

---

fazer as crianças vencerem a barreira da alfabetização inicial e oferecendo contatos suficientes com a escrita para que elas se tornem ao mesmo tempo alfabetizadas e letradas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como objetivo fazer uma discussão teórica acerca da alfabetização de crianças, visando traçar a trajetória que inicia com as concepções baseadas nos métodos de ensino às concepções de alfabetização que concebem a criança como um sujeito ativo do processo de construção da própria aprendizagem e leva em consideração, no processo de ensino-aprendizagem, os contextos de letramento.

Discutir a evolução das concepções da alfabetização e de aprendizagem das crianças levou-nos a refletir e a compreender que as pesquisas desenvolvidas nesse campo o que possibilitou-nos um entendimento amplo acerca dessa temática.

Quanto aos métodos de alfabetização, ficou claro que durante muito tempo houve uma disputa entre os métodos sintéticos e os analíticos, chamada de *querela dos métodos*, quando os pesquisadores discutiam quais seriam os mais eficientes. A partir dos novos rumos dados à linguagem escrita, pelos linguistas e psicólogos, surge o interesse pelos aspectos sociais, os quais constituem a linguagem, com novas perspectivas de compreender a alfabetização e seu processo de ensino-aprendizagem, considerando a criança como um aprendiz que, em vez de apenas se constituir em um sujeito passivo e mero reproduzidor, passa a ser um sujeito ativo do processo da construção do conhecimento, capaz de construir ideias a partir de suas próprias vivências.